



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário
**Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional**

18 de abril de 2026

@massas.por - www.pormassas.org



Carta do Partido Operário Revolucionário Ao 6º Congresso da CSP-Conlutas

A direção da CSP-Conlutas e o PSTU que detém a sua maioria sabem que o Partido Operário Revolucionário (POR) participou do Congresso que decidiu pelo rompimento com a CUT e sua proposição contrária foi ultraminoritária. Defendeu que se constituísse como uma frente classista no interior da CUT e como tal combateria a política de conciliação de classes de sua burocracia vinculada ao PT. Nossa posição foi a de combater o divisionismo sindical que expressava ações de frações burocráticas aparelhistas. Naquele momento, havia o fracionamento da Força Sindical e da CGT, em seguida viria o da CTB. Hoje são mais de uma dezena de centrais.

O acerto do POR quanto à resolução apresentada em 2006 hoje está mais do que comprovado nos seguintes pontos: “1. *Afirmar a Conlutas como uma frente de luta, classista e antiburocrática*; 2. *Rejeitar a divisão da CUT*; 3. *Aprovar um programa proletário anti-imperialista e anticapitalista (...)*; 5. *Aprovar uma resolução de formação de oposições classistas, antiburocráticas, programáticas e frentistas nos sindicatos dirigidos pelos burocratas (...)*”.

Essa defesa correspondeu à necessidade de centralização do movimento operário por uma única central, classista, revolucionária e independente do Estado de toda a política burguesa. O divisionismo e a fragmentação são obras da casta burocrática, que se opõe à democracia sindical, aos métodos da ação direta e ao programa próprio da classe operária.

Passados os 20 anos do embate do POR contra a cisão, a realização deste 6º Congresso evidencia a paralisia da CSP-Conlutas e sua incapacidade de se distinguir na prática do curso do sindicalismo burocrático encabeçado pela CUT, embora não falem palvreados socialistas. Nesse transcurso, a aliança de correntes de esquerda com o PSTU na direção da CSP-Conlutas se desmoronou. O que demonstrou oportunismo sindical.

O 6º Congresso ocorre em um momento difícil para o PSTU, que está diante de uma recente cisão que se colocou no sentido de um Movimento por um Partido Revolucionário (MPR). Tudo indica que a tese do MPR tem a função de uma disputa externa que antes era interna ao PSTU. Em suas críticas, que constam no balanço, os dissidentes ocultam a sua responsabilidade de levar a Conlutas a rom-

per com a CUT, sem, contudo, expressar uma tendência do proletariado em derrubar a burocracia pró-capitalista montada à sombra do PT e do caudilho Lula.

O fato é que a CSP-Conlutas se formou como um aparato do PSTU, que, no entanto, depende do incentivo de correntes de esquerda, parte delas derivadas do mesmo tronco do morenismo. A CSP-Conlutas não apenas não teve como se potencializar, como se fragilizou. A desfiliação do Andes foi um dos sintomas, mas o principal deles é que não ampliou o número de sindicatos.

As atividades em torno às opressões mascaram a pequena inserção no movimento operário. Certamente, conseguiu resguardar o importante Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos e sua inserção nos petroleiros. O problema está em que reproduz o corporativismo sindical, a ponto de ceder a acordos de demissão, PDV entre outras modalidades impostas pelo patronato e amplamente utilizados pelos sindicatos da CUT, CTB e Força Sindical. Eis por que a impossibilita de se projetar nacionalmente e acaba seguindo os passos da casta burocrática. Esse é um dos pontos essenciais do balanço.

O POR, mesmo embrionário e sem exercer direção sindical, nunca deixou de participar das atividades da CSP-Conlutas. Tem sido crítico à posição divisionista e aparelhista diante do 1º de Maio.

A intervenção do POR na CUT e se pudesse o faria nas demais centrais com influência na classe operária se dá sobre a base do programa próprio, do combate às direções burocráticas, da rejeição a toda forma de conciliação de classes e contra o divisionismo. Em toda a parte que a classe operária e demais explorados fazem experiência com as direções adaptadas ao capitalismo, seja pela direita, pelo centro, ou pela esquerda, é obrigatório estar presente com a linha da democracia operária, da organização independente e do trabalho voltado a transformar o instinto de revolta dos oprimidos em luta de classes.

A CSP-Conlutas, apesar de sua paralisia, continua reunindo uma vanguarda que se reivindica da revolução socialista e da independência de classe dos explorados diante do Estado e dos partidos da burguesia. Nesse terreno, tem de se livrar do burocratismo de esquerda e da política sindical centrada. Um primeiro passo é de um balanço não apenas conjuntural, mas histórico.

Do ponto de vista conjuntural, está claro que não se ergueu como uma organização que tem impulsionado a luta dos explorados, de forma a uni-los contra a exploração capitalista, pobreza, miséria e fome. O oportunismo como hoje critica o governo de frente ampla de Lula se verifica na ocultação ao apoio dado no segundo turno das eleições presidenciais. Não se explica os acordos de demissão e PDV assinados pelo Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. Não tem justificativa para a sua inconsequência política e organizativa diante da necessidade de propagandear e agitar entre os trabalhadores a bandeira de derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e, assim, combater o continuísmo do governo Lula. Somente palavras e críticas ao governo, orientadas pela bandeira de “oposição de esquerda”, sem ação prática, esgotam-se em si mesmas.

Do ponto de vista histórico, a CSP-Conlutas não foi capaz de lutar contra o divisionismo sindical. Adaptou-se às relações burocráticas com a vestimenta de organização à esquerda e de socialismo abstrato. Isso explica por que somente se movimentou em nível regional e nacional sob às ações da burocracia cutista e forcista. Uma vez que surgiu do divisionismo burocrático não teve como se diferenciar das direções colaboracionistas e assumir uma posição de direção classista voltada a unir a força da classe operária contra os ataques estratégicos da burguesia e do Estado às condições de existência da maioria oprimida. Adaptou-se ao controle político-burocrático exercido sobre os assalariados em geral e a classe operária em particular.

Esses dois pontos críticos fundamentais do balanço devem conduzir o 6º Congresso da CSP-Conlutas para uma mudança de direção e de linha político-sindical. As condições da crise do capitalismo são reconhecidas por todas as teses. De forma geral, as correntes defendem as nações oprimidas contra a opressão imperialista. Há diferenças quanto as respostas às particularidades da ofensiva colonialista do Estado sionista de Israel contra o povo palestino, à guerra na Ucrânia e, agora, à guerra dos Estados Unidos e Israel ao Irã, bem como, inclusive, quanto à Venezuela. Essas diferenças – algumas graves, por seu conteúdo de classe – não devem impedir que o Congresso sirva para impulsionar o movimento anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Nesse sentido, o Congresso tem a tarefa de aprovar a linha de defesa das nações oprimidas, da autodeterminação, do enfrentamento às guerras de dominação nacional e, assim, aprovar a tática da frente única anti-imperialista. Essa linha coloca para a CSP-Conlutas o objetivo de constituir os comitês de frente única anti-imperialista e atuar nas bases de todos os sindicatos e dos movimentos populares. Todas as forças que se reivindicam dos explorados e do socialismo estão diante do dever internacionalista de

organizar em seu próprio país a frente única anti-imperialista. Por essa via, passa e passará o choque do proletariado com as burguesias e os governos que nas semicolônias se curvam diante do poderio dos Estados Unidos e aliados.

O 6º Congresso tem de expressar os condicionamentos da crise mundial do capitalismo às particularidades nacionais do Brasil e da América Latina. O ponto de partida está em reconhecer que o capitalismo em decadência e em decomposição não comporta reformas progressivas. Está aí o caráter contrarrevolucionário do nacional-reformismo encarnado pelo PT, pelos aliados de esquerda e pelo próprio governo Lula. O fracasso do nacional-reformismo se reflete na CUT e demais centrais adaptadas ao Estado, de forma que se levantam como travas à defesa do programa próprio de reivindicações, à organização independente, à ação direta e à unidade revolucionária dos explorados. Essa política de colaboração de classes faz parte da decomposição da democracia oligárquica. O Congresso deve levantar a bandeira de independência de classe e da luta por um programa próprio em contraposição às disputas eleitorais já em curso. Trata-se de estabelecer linha de defesa inflexível das condições de trabalho e de existência da maioria oprimida.

As teses da Corrente Proletária (POR) estabelecem as bases classistas, as bandeiras e os métodos de luta para combater o capitalismo em decomposição e suas bárbaras consequências sociais: 1) fim do desemprego, subemprego e informalidade por meio da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), o que inclui o fim da escala 6X1; 2) fim do salário mínimo de fome, por um salário mínimo vital de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora calculado pelas assembleias sindicais e populares; 3) fim das privatizações, do fechamento de fábricas e da desindustrialização por meio das estatizações sem indenização e controle operário da produção; 4) derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa; 5) fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados; 6) eliminação da dívida pública, rompimento com todos os acordos parasitários e estatização do capital financeiro; 7) expropriação dos latifúndios, entrega das terras aos camponeses pobres, direito à autodeterminação das nações indígenas e coletivização agrária; 8) fim de todas as formas de opressão sobre as mulheres, aos negros e aos homossexuais.

A luta por esse programa implica a estratégia da revolução social, da expropriação geral da burguesia, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, da constituição de um governo operário e camponês, da ruptura com o domínio imperialista e da confluência internacionalista com a luta do proletariado mundial por sua emancipação.

